ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DE

PAREDES DE COURA

ATA N.º 01/2023

(Mandato 2021/25)

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2022

CONTÉM 16 PÁGINAS

ATA N.º 01/2023 (MANDATO DE 2021/2025) DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24 FEVEREIRO DE 2023, INICIADA ÀS 21H00 E CONCLUÍDA ÀS 23h00

Sumário Páginas

ABERTURA **3**

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA **4**

LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA **4**

APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES **4**

INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS **4**

INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS **7**

ORDEM DO DIA **8**

INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICIPIO **8**

SERVIÇO PÚBLICO DE TRANPORTE DE PASSAGEIROS NO ALTO MINHO **8**

1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA CM DO ANO DE 2023 ..... **13**

LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS **13**

2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA CM DO ANO DE 2023 ..... **14**

REGULAMENTO DE EMERGÊNCIA SOCIAL **15**

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO **16**

ENCERRAMENTO **16**

ABERTURA

No dia vinte e quatro do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Paredes de Coura, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco, secretariado por Luísa Maria Gomes de Castro e Perfeita Barreiro de Araújo Esteves, primeira e segunda secretárias, respetivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 02 de dezembro, convocada pelo edital do dia 13 de fevereiro de 2023.----------

Efetuada a chamada registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto Brito Pacheco (PS), Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Manuel Pinheiro Monteiro (PS); Filipe Alexandre Barbosa Ferreira (PS); Perfeita Barreiro Araújo Esteves (PS); Celina Araújo Sousa (CDU-PCP/PEV); José Augusto Viana de Sousa (PPD/PSD.CDS/PP); Joaquim Felgueiras Lopes (PS); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); Elizabete Dantas Afonso Rodrigues(PS); Tiago Filipe Soares Castro Sousa (PS); Cristiano Fernandes Pinto (PS); José Manuel da Cunha Alves (PCP/PEV); Marta Sofia Lopes Dantas (PS); João Manuel Dias Carvalho (PPD/PSD.CDS/PP); Jorge Santos da Rocha (PS) presidente da junta da freguesia de Agualonga; Celestino Rodrigues (PS), presidente da junta da freguesia de Castanheira; Luís Miguel Barbosa Montenegro (PS), presidente da junta da freguesia de Coura; Américo Carlos Fernandes Pinto (PS), presidente da junta da freguesia de Cunha; Bruno Miguel Amorim Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Infesta; Armando Alves Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Mozelos; Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS), presidente da junta da freguesia de Padornelo; José Alberto Rosas Mota (PS), presidente da junta da freguesia de Parada; António José de Sousa Alves (PS), presidente da junta da freguesia de Romarigães; Sérgio Miguel Barbosa da Costa, (PS) presidente da Junta da freguesia de Vascões; Armando Ferreira Feijó (PS), presidente da união das freguesias de Bico e Cristelo; Laurentino Manuel Pereira Alves, presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares; Amílcar Duarte da Cunha Ribas (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira; Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS), presidente da união das freguesias de Insalde e Porreiras.----------
Do presidente da Câmara – Vítor Paulo Gomes Pereira, e dos vereadores: Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS); Maria José Brito Lopes Moreira (PS); Venâncio Fernandes (PPD/PSD-CDS/PP) e Vítor Manuel Rosas da Silva (PS). - ---- ----------

Registaram-se as faltas dos seguintes membros: Natércia das Dores Barbosa da Silva (PPD/PSD.CDS/PP); Cláudia Isabel de Morais Pires de Lima (PS) presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende (UF); David Jorge Pires Saraiva (PS) presidente da junta da freguesia de Rubiães, que nos termos legais, procederam à respetiva justificação. ----------

Substituições: ----------

- Cláudia Isabel de Morais Pires de Lima (PS) presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende (UF) foi substituída por José Ernesto Gachineiro Pinto, secretário da UF.
- David Jorge Pires Saraiva (PS) presidente da junta da freguesia de Rubiães (JF) foi substituído por Sónia Alexandra Barbosa Ribeiro, secretária da JF.----------

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

--------- O Presidente da Assembleia, verificando haver *quorum,* declarou aberta a sessão. ----------

---------De seguida propôs, ao abrigo ao abrigo do nº 2 do artigo 50º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a inclusão, dos seguintes assuntos, para apreciação, discussão e votação: ----------

- Proposta de revisão ao orçamento da Câmara Municipal do ano de 2023. ----------
- Regulamento Municipal de Atribuição de Prestações de Caráter Eventual em Situações de Emergência Social e Comprovada Insuficiência Económica no Concelho de Paredes de Coura. ----------

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a inclusão dos assuntos antes referidos, para apreciação, discussão e votação que passaram a pontos 05 e 06 da ordem de trabalhos, respetivamente.----------

LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA

Ponto n.º 1 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser, discussão e votação das atas das sessões extraordinária realizada em 24-11-2022 e ordinária realizada em 21-12-2022. Submetidas à votação, as duas atas foram aprovadas por unanimidade. ----------

Os membros que não estiveram presentes nas reuniões a que as atas respeitam não participaram na votação. ---

Na reunião de 24-11-2022, não estiveram presentes: Amílcar Duarte da Cunha Ribas (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira (PS); José Ernesto Gachineiro Pinto, secretário da UF de Paredes de Coura e Resende e Sónia Alexandra Barbosa Ribeiro, secretária da junta da freguesia de Rubiães. ----------

Na reunião de 21-12-2022, não estiveram presentes: Filipe Alexandre Barbosa Ferreira (PS); Elizabete Dantas Afonso Rodrigues (PS); António José de Sousa Alves (PS), presidente da junta da freguesia de Romarigães; Laurentino Manuel Pereira Alves, presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares; Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS), presidente da união das freguesias de Insalde e Porreiras; José Ernesto Gachineiro Pinto, secretário da UF DE Paredes de Coura e Resende e Sónia Alexandra Barbosa Ribeiro, secretária da junta da freguesia de Rubiães. ----------

APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES

Ponto n.º 2 – Apresentação de assuntos relevantes para o Município e a emissão de votos e moções.-------

Não houve intervenções. ----------

INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS

Ponto n.º 3 – Interpelações ao presidente da Câmara Municipal. ----------

Celina Sousa – PCP/PEV: apresentou a moção designada de "Moção de apoio à luta dos professores e educadores pela Escola Pública": ----------

"A Escola Pública é um veículo que na sua génese permite que todas as crianças e jovens que a frequentam tenham acesso ao saber, ao conhecimento cultural e científico, através das múltiplas oportunidades de aprendizagem. É igualmente um veículo de desenvolvimento social, cultural e económico do país. ----------

Não podemos continuar a assistir a uma situação de precariedade permanente e aumento constante da burocratização, que está a tornar uma das profissões mais importantes para o futuro do nosso país, numa profissão pouco ou nada atrativa. ----------

Estamos por isso solidários com a luta dos professores, com esta luta pela defesa da escola pública e pela valorização da profissão docente, assim como a luta de todos os profissionais que asseguram o funcionamento das escolas. ----------

Não podemos ainda deixar de relembrar que este governo, assim, como muitos outros, não têm tido a capacidade para solucionar os problemas da escola pública em todas as suas vertentes. ----------

Assim, os eleitos da CDU, propõem que a Assembleia Municipal de Paredes de Coura reunida a 24 de fevereiro de 2023, delibere: ----------

- Apoiar a luta dos professores, educadores e todos os profissionais que asseguram o funcionamento da Escola Pública;---------- -
- Solidarizar-nos com a defesa da Escola Pública através da valorização das carreiras de todos os professores e profissionais que exercem a sua função de modo permanente nas escolas com vínculos precários, através da sua vinculação e contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão;-
- Exigir do Governo um verdadeiro investimento na Educação, não só com o referido acima, mas igualmente com uma requalificação séria do edificado e a criação de condições físicas e materiais para que a Escola Pública possa ser um verdadeiro motor de desenvolvimento social, cultural e económico do país".----------

José Augusto Sousa (PPD-PSD/CDS-PP): O PSD concorda integralmente com a proposta apresentada. Não é só a restrição à escola pública, mas em particular em relação à escola pública. E dou só exemplo de uma das coisas que o senhor ministro propôs aos sindicatos, o de um professor ser obrigado a ter horário em mais do que um agrupamento de escolas. Acho que o Governo anda um pouco perdido, na educação, na questão patrimonial das rendas, mas o PSD aprova integralmente a proposta apresentada pelo PEV. ----------

Manuel Monteiro (PS): Naturalmente também subscrevemos esta proposta. De facto, os professores, particularmente nos últimos 15 anos, têm sido maltratados. E têm sido maltratados no sentido de desvalorização permanente da sua carreira, particularmente aqueles que estão em fase inicial da carreira. E estamos à vontade para apoiar uma moção desta natureza, porque ela se inscreve numa luta global de defesa da escola pública e nós recordamos que nos últimos 30 anos o PS nunca defendeu a privatização clara ou encapotada da escola pública. Em Paredes de Coura, sempre demos sinais de que a educação e a escola pública são um veículo essencial para a promoção da população, particularmente da população que frequenta a escola, mas também demos sempre sinais de que a escola era um veículo de desenvolvimento comunitário e é um veículo de promoção da população. Nesse sentido, fomos pioneiros, contra ventos e marés, a nível nacional, naquilo que se defendeu como a concentração das escolas de pequena dimensão, sem condições e sem capacidade de modernização, que provocavam o isolamento das crianças e que não traziam condições de lecionação e de aprendizagem. ----------

Em 2004, fizemos a integração das escolas do primeiro ciclo, numa escola única em que criámos condições para que a escola pública tivesse e fosse capaz de concretizar o grande desígnio da educação, a igualdade de oportunidades. Portanto, estamos neste patamar e estamos claramente com a consciência muito clara de que podemos subscrever uma moção desta natureza, porque até hoje sabemos o que é que, em Paredes de Coura, é a ação do executivo municipal na defesa da escola pública. ----------

Eu, se tivesse à mão, poderia recorrer ao orçamento que aprovámos na sessão da Assembleia Municipal passada e dizer-vos os montantes que estão previstos para ser gastos em cultura, em que a grande fatia vai exatamente para a educação. ----------

Neste momento, pelo menos pela informação que tenho, está a ser concluída a remodelação e a restruturação da escola do primeiro ciclo do ensino básico. Aliás, a proponente desta moção fez questão, numa das últimas sessões da assembleia, em chamar a atenção para algumas questões que estavam nessa modernização, nessa remodelação da escola do primeiro ciclo. Aliás subsequente à grande intervenção que foi feita na escola secundária graças ao executivo municipal que, num primeiro momento, aderiu ao programa de reabilitação das escolas básicas e secundárias. ----------

Com efeito, é um assunto que está na ordem do dia, um assunto que tem mobilizado muitos docentes e que, naturalmente, o Governo também tem feito um esforço de acompanhar as reivindicações dos docentes dentro daquilo que é a gestão da coisa pública e também a gestão das finanças públicas. É aí que tem de ser encontrado um equilíbrio de valorização dos docentes, de valorização dos não docentes e de investimento na escola pública.

Deste modo, estamos de acordo com esta proposta e vamos subscrevê-la.----------

José Augusto Sousa (PPD-PSD/CDS-PP): Desde o ano 2000 e sobre a história de quem é ou não a favor da privatização da escola, como se isso fosse o mais importante, quando, realmente, o mais importante é a educação que damos às nossas crianças. Mas recordando, desde o ano 2000, e já estamos em 2023, o PS foi Governo durante 20 anos, portanto, se alguém é responsável pela atual situação é o PS. ----------

Segunda questão, quando tentou dizer que nós aqui fazíamos as coisas muito bem, nós fazemos bem há muito tempo, mas podemos fazer melhor. A nossa escola tem de ser mais integradora e não deixar ninguém para trás. A nossa escola também tem o dever de não deixar ninguém para trás e nessa matéria, há algumas coisas aqui que também vamos ter de fazer melhor. E vamos ter de exigir que se faça melhor agora. ----------

Quanto à moção, estou plenamente de acordo.----------

Quanto à questão da responsabilidade, estamos conversados. ----------

Presidente da Câmara: A educação, obviamente, foi sempre uma das prioridades do PS. Percebo também quando o Dr. José Augusto afirma que grande parte da situação da educação em Portugal, nos últimos anos, se deve ao PS porque, de facto, foi o PS que esteve mais tempo no Governo. E, de facto, há coisas censuráveis do PS no domínio da educação. E acreditam em algum partido que faça tudo bem? Eu não, e até tenho alguma autoestima, mas também cometo erros e, por vezes, não faço aquilo que devia fazer. Sou uma pessoa frágil, sou consciente disso e também procuro melhorar.----------

Somos conhecidos por captar investimento e, provavelmente, porque investimos mais na captação de emprego do que na ação social, é muito mais reconfortante contribuir para a autoestima das famílias através da criação de emprego do que pela via da ação social.----------

Também não acredito na forma como muitas pessoas avaliam a situação social do país ao dizerem que não há desemprego, porque muitas pessoas preferem receber o rendimento mínimo, no valor de cento e poucos euros. E agarram nesses casos extremos e caricatos para tornar a realidade mais difícil de analisar. ----------

Neste sentido, também acho que muitos profissionais não são pagos convenientemente, mas não é apenas em relação aos professores. E, no meu caso, até referi numa entrevista que o salário de presidente de câmara é uma vergonha, mas é evidente que sabia que com esta afirmação iria ser sujeito à demagogia em relação ao ordenado mínimo e a todas as outras pessoas. Mas relativamente à administração pública, um presidente da câmara,

comparado com outros cargos, pelo desempenho, pela capacidade de entrega e pela responsabilidade que o cargo exige, ganha pouco. ----------

Em relação à educação, já disse que o PS cometeu erros. Tenho a certeza de que o Governo também gostaria de ter todas as condições para aumentar os professores e acho que deve fazer esse esforço. Acho que o PS deve cuidar mais da escola pública e tem de fazer um esforço maior para chegar a um acordo com os professores. Nos últimos anos, na questão dos colégios, e admito que haja vários tipos de opiniões e todas respeitáveis, acho que o PS esteve bem. Tem de defender a escola pública e admito que, em algumas circunstâncias, o privado também possa ser um complemento e também prestar serviços públicos, porque não sou extremista do ponto de vista ideológico. No entanto, devemos valorizar todo o trabalho que o PS fez nos últimos anos, sobretudo no domínio do abandono escolar, em que, de facto, a Espanha não consegue os resultados que nós conseguimos. As pessoas podem dizer que muitas vezes é através de uma carga de trabalhos, de muita burocracia, de um esforço tremendo dos professores, mas é a escola. Existe. Esse trabalho também se deve ao PS. Porém, o PS deve atuar dentro dos limites orçamentais. Eu, apesar de ser de esquerda, penso que não podemos aumentar a despesa porque, como já disse, uma instituição que não tem capacidade financeira, não tem capacidade para decidir sobre o seu futuro. ---- ----------

Por isso, respeito todas as opiniões e, como disse, considero que o PS deve fazer um esforço no sentido de chegar a um acordo possível com os professores, porque os professores são um elemento fundamental da nossa cidadania e podem ter a certeza de que deram um contributo muito grande para os últimos resultados quer na educação, quer no ranking internacional de competitividade económica, que o nosso país conseguiu. E não há afirmação tecnológica ou industrial do país sem uma escola pública de qualidade. ----------

Celina Sousa – PCP/PEV: Gostei muito do facto de, ao trazer uma moção sobre o apoio aos professores, termos conseguido cair num elogio ao executivo. Também o vou fazer porque, realmente, temos um bom edificado, temos algumas condições materiais que, se calhar, outros concelhos não têm, mas de que nos serve isso quando obrigamos professores a percorrer quase 300 km por dia para vir dar aulas a Paredes de Coura que já vêm cansados, desmotivados e mal pagos. De que nos serve isso? O edificado, infelizmente, não é tudo, porque são as pessoas que lá trabalham o cerne e a alma da escola pública.----------

Mas se tanto o PSD como o PS querem debater quem fez mais estragos eu apenas falo em dois nomes: Maria de Lurdes Rodrigues e Nuno Crato. Nem todas as reivindicações dos professores, neste momento, têm implicações financeiras, nomeadamente as condições dos contratados que o Ministério quer colocar em Lisboa e no Algarve, pessoas com 20/30 anos de carreira, com 40/50 anos de idade, com filhos pequenos ou filhos adolescentes que vão ter de voltar a pegar na malinha para percorrer o país, é ridículo. Em que outras profissões veem este tipo de comportamento? ----------

Submetida à votação, a moção de apoio à luta dos professores e educadores pela Escola Pública foi aprovada, por maioria, com uma abstenção do PS. ----------

INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS

Ponto n.º 3 – Interpelações ao presidente da Câmara Municipal.----------

ORDEM DO DIA

INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICIPIO

Ponto n.º 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira, nos termos da alínea c), nº 2, art.º 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro. ----------

Presidente da Câmara: Os documentos são objetivos e transparentes. Temos um encargo financeiro que pesa muito sobre o orçamento da Câmara Municipal e que tem a ver com a nova ligação a Paredes de Coura. Estamos a dialogar com o Governo no sentido de nos aliviarem desse encargo. ----------

Estamos a tentar que a futura alteração dominial da estrada antiga para o município seja, de facto, entregue nas melhores condições e a tentar defender a melhor situação financeira para a Câmara no caso desta obra pública, porque Paredes de Coura, pelo facto de ser diligente e ágil, acabou por não ser beneficiada, tendo em conta algumas outras obras, que dentro do mesmo programa relacionado com áreas industriais os municípios que se atrasaram, conseguiram incluir essas obras no PRR e nós, como fomos à frente, não tivemos qualquer tipo de ajuda. Estamos a tratar disso, considero que há boas indicações e vamos esperar pelos resultados. Acho que seria uma boa notícia para Paredes de Coura. ----------

A situação financeira é aquela que vocês sabem, não é a ideal, mas é confortável. E continuamos a defender que uma instituição que não tem capacidade financeira não pode escolher o seu futuro, portanto, continuaremos prudentes e vigilantes, sem perder a capacidade de investimento relativamente ao futuro de Paredes de Coura. --

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

SERVIÇO PÚBLICO DE TRANPORTE DE PASSAGEIROS NO ALTO MINHO

Ponto nº 02 – Ratificação da decisão de contratar para lançamento de procedimento de concurso público do serviço público de transporte de passageiros nos municípios do Alto Minho, aprovação da minuta de agrupamento de entidades adjudicantes para o aludido fim, bem como, apreciação, discussão e votação da proposta de assunção de compromissos plurianuais inerentes. ----------

Celina Sousa – PCP/PEV: Esta proposta foi acompanhada de uma fundamentação técnica que nos deixou algumas dúvidas, nomeadamente, foi apresentada sem que se tenham conseguido obter conhecimentos sobre a oferta e a procura na região, bem como os dados operacionais e de manutenção. Devido à pandemia de covid, que não nos deixa recuar e saber em concreto qual a verdadeira procura que existiu em 2020 e 2021 e pensámos que isso levanta algumas dúvidas, porque não se conhece a realidade em cada um dos municípios. Se não estou errada esta proposta tem por base, mais a área de Braga do que propriamente a área de Viana do Castelo. E não há informação sobre a razão pela qual não se prolongam, a título excecional, as operações em curso em cada concelho durante mais alguns meses, tipo seis meses, para conhecermos realmente os hábitos de mobilidade, por exemplo, entre junho de 2022 e junho de 2023, pois que, nessa altura, já não havia as restrições relacionadas com a covid e, se calhar, poderíamos, dessa forma conhecer os hábitos de oferta e procura na região. ----------

O concurso proposto prevê a manutenção das linhas existentes e do respetivo tarifário, ou seja, não vai haver qualquer alteração, certo? Assim, pensamos que isso não traz qualquer vantagem para os utentes em termos de mobilidade. ----------

Consideramos que não estão contempladas quaisquer regras de qualidade do serviço a efetuar; não há previsão de penalização se o operador privado, por incumprimento do serviço ou por desrespeito de horários ou percursos, não concretizar o que está protocolado; apesar de insuficientes, há verbas inscritas no Orçamento de Estado

destinadas à redução da tarifa e reforço da oferta, nomeadamente no Alto Minho e não se percebe como que esta situação está acautelada no concurso. ----------

Deste modo, e face ao exposto, a proposta que não vai acrescentar nada de novo, contempla apenas os lucros do operador privado, mas não comporta nenhuma vantagem nem para os utentes nem para a mobilidade, nem para a qualidade de vida na região, o nosso voto será contra esta proposta. ----------

Presidente da Câmara: Neste concurso a CIM Alto Minho teve o apoio de um gabinete de técnicos e advogados. Foi um processo moroso que levou à definição do caderno de encargos e do procedimento do concurso. Se consultarem as peças do concurso, verificam que constam nelas todo o tipo de penalizações. Todo este processo foi transparente. Foi acompanhado pela Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, que fez recomendações de alteração ao próprio procedimento, ou seja, há valores-base e haverá controlo. Paredes de Coura tem um encargo à volta de duzentos mil euros, que pode ser reduzido para os cento e trinta mil, mas não há milagres nesta área. A taxa interna de retorno foi alterada por alerta da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes. Obviamente, que é com base em planos, mas corremos o risco de o concurso ficar deserto. O interesse ficou acautelado e aquilo que temos aqui é uma pequena súmula da grande discussão. Há pessoas especializadas a acompanhar este concurso, que envolve todos os municípios. Há uma pressão muito grande porque, antes de se avançar para o concurso, fez-se uma consulta ao mercado e os preços não são nada comparáveis com o valor base. De facto, e apesar de haver mecanismos de controlo, quer para os concorrentes, quer para as entidades municipais, o risco é partilhado, mas mesmo assim há um certo desnível, porque são os municípios que fazem o concurso e não seria concebível que estes não procurassem o melhor preço. Aliás, para um concurso desta envergadura deveria ter-se em consideração que o preço não deveria ser o fator principal e não há fatores de qualidade da proposta ou outros, mas é simplesmente o preço e, obviamente, que isto acarreta algum risco, mas nós não podemos ficar sem transportes. ----------

E temos de fazer um concurso com base em preços de mercado, estabelecer um preço base e esperar que os concorrentes apareçam. ----------

Não podemos fragilizar muito o valor base e também não podemos consultar o mercado e depois esquecer a consulta do mercado e lançarmos um preço diferente, porque as empresas que fizeram contas, se não conseguirem ter alguma expectativa de rentabilidade, obviamente que o concurso fica deserto. No entanto, também estão previstas penalizações para incumprimentos. ----------

De seguida passou a palavra à vereadora Maria José Lopes Moreira, que acompanhou o processo com mais proximidade. ----------

Vereadora Maria José Lopes Moreira: atendendo ao montante trata-se de um concurso público internacional que abrange todos os concelhos do Alto Minho. A situação que se vive nos transportes é muito delicada e estamos constantemente em risco de ficar sem transportes. Todos os municípios, à exceção de Lisboa ou Porto estão sempre sob pressão, relativamente aos transportes. Portanto este concurso está a ser preparado há mais de um ano, é acompanhado por uma consultora que fez o estudo dos movimentos dos fluxos das bilhéticas, analisou todos os dados da pandemia, mas também os dados anteriores à pandemia. ----------

Relativamente às peças do concurso, quer o programa do procedimento, quer o caderno de encargos, no que diz respeito às cláusulas jurídicas e às cláusulas técnicas são muito específicos relativamente às condições exigidas aos concorrentes. Então, o concurso foi acompanhado por uma consultora especializada em transportes e por um

gabinete de advogados e o parecer positivo da Autoridade Nacional de Transportes demorou cerca de um ano a ser emitido com idas, vindas e esclarecimentos e, portanto, temos os pareceres e a análise que consta dos documentos foi examinada até ao mais ínfimo pormenor. Como o processo já decorreu em algumas comunidades, é natural que sirvam de exemplo, de modo a não se cometerem os mesmos erros.----------

Quanto à questão apresentada por Celina Sousa, de esperar mais seis meses, esses seis meses podiam ser muito penalizadores para o funcionamento dos transportes. A avaliar pela forma como estes processos decorrem, e como a Autoridade de Transportes é muito minuciosa e demorada na análise dos processos, e tendo em conta a dimensão deste concurso e o facto de ser obrigatoriamente submetido ao Tribunal de Contas, corre o risco de demorar ainda mais um ano, além de que, tal como dizia o Presidente e muito bem, corremos ainda um sério risco de o concurso ficar deserto. ----------

Creio que a grande vantagem deste concurso é garantir que o transporte público exista. E só existe porque tem de ser apoiado pelos municípios porque, há uns anos, quando os municípios ficaram com esta competência sem terem quadros para o efeito, o processo foi complicado. Acredito que este concurso público para prestação de serviços seja a melhor forma, neste momento, de servir os utentes e de garantir o transporte que os nossos alunos precisam, que é essencial porque, garantidamente, a maior parte destes autocarros transporta alunos e não propriamente público em geral, que recorre pouco aos autocarros. Bem sei que muitas vezes também não satisfazem totalmente as suas necessidades, mas tem de se ter em conta a viabilidade económica e financeira de tudo isto. ----------

Queria ainda informar que um dos pareceres dizia precisamente que a margem de lucro prevista, face ao preço/ quilómetro que estava previsto no caderno de encargos e no programa do procedimento, não era suficiente para garantir a concorrência e, portanto, teriam de aumentar, face ao aumento dos combustíveis e do custo dos recursos humanos, o preço base do concurso, ou seja, o preço quilómetro, teria de ser aumentado. Foi essa uma das exigências da Autoridade de Transportes para que o concurso pudesse ser aprovado. Este concurso nunca poderia ser lançado sem esse parecer da Autoridade de Transportes e foi precisamente a Autoridade de Transportes que exigiu que o preço base fosse aumentado. ----------

Presidente da Câmara: O preço base estava definido. Muitos municípios acreditavam que com esse preço não teríamos concorrência e não apareceriam operadores em número suficiente. Nós fomos dos poucos que quisemos avançar com este preço base e não outro. Esperamos que apareçam candidatos e não estamos a dramatizar, mas partindo sempre do princípio de que os dez municípios defendem sempre os interesses dos municípios, embora admita que, em situações extremas, possa acontecer, mas tratando-se de um contrato com dez municípios, parece muito difícil de ser manipulado, contrariando a má ideia de que as autarquias não cumprem os princípios da contratação pública. ----------

Contratamos técnicos habilitados para defender os interesses da CIM e ao defender os interesses da CIM e dos municípios, estamos a defender o interesse dos portugueses, porque o dinheiro é dos portugueses. Agora, a partir do momento que consultámos o mercado e temos um valor base, temos de criar as condições mínimas para que, de facto, o concurso se concretize. Muitas vezes ficam desertos, mas acreditem que o estudo foi bem feito. E tem penalizações. ----------

José Augusto Sousa (PPD-PSD/CDS-PP): Por um lado, alguém assume a responsabilidade na educação, agora assume-se a responsabilidade de um partido que governa o País há 20 anos, que só beneficia Lisboa e Porto.----

Presidente da Câmara: Muitas vezes, o Governo sobrecarrega as câmaras com despesa que poderia ser nacional, mas o dinheiro não é dos contribuintes, não é de todos? qual é problema?----------

José Augusto Sousa (PPD-PSD/CDS-PP): É exatamente isso, é que o dinheiro é de todos e não é admissível que se dê mais dinheiro a um lisboeta do que a um courense. ----------

Presidente da Câmara: Tem um problema com Lisboa, porque os courenses não têm queixa nenhuma de Lisboa.

José Augusto Sousa (PPD-PSD/CDS-PP): Eu também não tenho problema nenhum, queria é que a Câmara de Coura recebesse para efeitos de transporte o mesmo que a Câmara de Lisboa recebe por pessoa, no mínimo por pessoa e isso é que é tratamento de igualdade, não é dar em Lisboa, onde há maior concentração, para depois se concentrar maior número de votos. E em Coura vota-se mais no PS, quando o PS prejudica Coura e a conclusão é que foi dito aqui, que o Governo está a beneficiar, em primeiro lugar, os cidadãos da área metropolitana de Lisboa, seguida da área metropolitana do Porto e depois o resto do país fica esquecido e isolado. ----------
Quanto à questão em concreto, é evidente que eu não conheço nenhum país que tenha aplicado a ideologia do Partido Comunista e que esteja melhor, que viva melhor, que as pessoas tenham melhores condições de vida do que as que vivem na Europa e em Portugal. E, portanto, do ponto de vista ideológico, a ideia de que a iniciativa privada e o lucro são o pior dos males, levou à desintegração total dos países da Europa de Leste em algumas situações, e como aconteceu em países, como Cuba, Coreia do Norte, que usam a ideologia "de que é tudo nosso". O Governo de Portugal começa a fazer isso quando pretende obrigar-nos a arrendar as casas. Daqui a pouco vão dizer-nos que também temos que dar os terrenos para todos e mais tarde alguém vai defender, se calhar, que o dinheiro que está nos bancos também tem que ser de todos. Eu não defendo isso, não defendo que tudo é de todos e nada é de ninguém. Eu defendo que, quem trabalha, quem arrisca deve ter a remuneração pelo risco e, portanto, é evidente que a solução encontrada, na minha opinião, é melhor do que a Câmara constituir uma empresa de transportes públicos para fazer este trabalho. Primeiro, fica mais barato à Câmara, porque criar um serviço municipalizado de transportes públicos, quanto é que iria custar. E quando os autocarros estiverem parados, seria mais vantajoso? Eu garanto que por muita taxa interna de rentabilidade que ali esteja, pelos números que eu vi, o concurso vai ficar deserto. Porque com as taxas de juro no mercado atual, e com a remuneração do capital que é preciso pagar para quem arrisca, porque ninguém arrisca dinheiro se não tiver a expectativa de lucro, porque mais vale estar no banco a render zero e não perde, mas quem vai comprar autocarros pode perder. Portanto, quem investe tem de ter uma remuneração pelo capital investido. A alternativa era a Câmara criar um serviço municipalizado, mas pelos serviços municipalizados que conheço, vejo bem quanto isso custa ao município, todos os anos.----------
Uma coisa é os lucros excessivos, outra é a remuneração normal e certa do capital investido e do risco assumido por quem investe, porque esta é a vida e eu defendo a iniciativa privada.----------

Celina Sousa (PCP/PEV): Primeiro, eu não pertenço ao PCP, mas ao PEV que defende a mobilidade, os transportes públicos, porque quer minimizar as alterações climáticas e a mobilidade é uma das nossas bandeiras. Eu nunca disse que a Câmara não devia investir no apoio ao transporte, disse é que as populações deviam receber algum retorno. Vamos manter os preços e vamos manter as carreiras e as carreiras, em alturas em que não há aulas, são exíguas, quase não existem e não servem as populações. Como é que as pessoas vão poder usar, se passam lá na esquina da freguesia e as pessoas que, nós sabemos que em Paredes de Coura a maior

parte da população é idosa com dificuldades de mobilidade, nem se consegue deslocar até à outra parte da freguesia. E o que é que isto vai gerar? Vai gerar, se calhar, é que as pessoas tenham que pagar um transporte privado, um táxi, que é o que acontece na maior parte dos casos. E a Câmara está a subsidiar os transportes para toda a população. É assim ou não? Ou estou a perceber mal. E acho muito bem que os municípios se unam e há municípios, até onde eu percebi, que vão fazer um investimento muito grande, acho que Arcos de Valdevez vai fazer um investimento de um milhão de euros.----------

Presidente da Câmara: Paredes de Coura tem este valor, no entanto há outros municípios com contributos maiores, porque também vão ter custos maiores, mas também não vamos dramatizar, ou seja, não vamos dramatizar que os velhinhos não têm transporte. Nessas situações também podemos arranjar um serviço para os transportar. ----------

Celina Sousa - (PCP/PEV): Posso continuar, porque também depois é preciso fazer uma educação para este tipo de serviço e nós em Paredes de Coura, não temos esse hábito. Por exemplo, no Porto, a maior parte das pessoas não tem carro porque têm serviços que lhes salvaguardam toda a mobilidade. Aqui é mais difícil, temos um terreno mais acidentado, temos menos utentes. Eu compreendo tudo isso, mas o município vai fazer um investimento considerável, como vão fazer os municípios que integram a CIM e não estamos a pôr isso em causa em momento algum. Se preferíamos que fosse formada uma empresa pública entre os municípios, claro que sim, mas tendo esta opção de atribuir ao setor privado a concessão, pensamos que os utentes podiam ser um pouco mais beneficiados porque não vão haver mais transportes, não vão haver menores custos e se queremos ter uma mobilidade verde não acho que este seja o caminho, porque é mais do mesmo.----------

Manuel Monteiro – (PS):O Dr. José Augusto deixou aqui uma questão política muito interessante. Finalmente parece que caiu na realidade. Agora a pergunta que lhe faço é se em tempos apoiou aquilo que foi uma ideia de campanha eleitoral do seu candidato à presidência da Câmara, quando o município começou a estruturar um conjunto de itinerários para recolher as crianças para a escola do primeiro ciclo. Se bem se lembra o seu candidato à presidência da Câmara Municipal defendia a criação de uma empresa municipal. Onde é que estaríamos hoje. ----------

José Augusto Sousa - (PPD-PSD/CDS-PP): Já em tempos o PSD propôs, nesta Assembleia, para resolver o problema do transporte das pessoas com mobilidade reduzida, ou seja, das pessoas mais idosas que não têm carro, um projeto que já existe no distrito de Portalegre. Trata-se da subscrição de um serviço na junta da freguesia, pelos utentes que pretendam utilizar um transporte de aluguer que os leve aos locais onde desejam ir. Não se trata de nenhum autocarro, mas de um serviço em carro ligeiro, licenciado para trabalhar nessa área. Portanto, relativamente a esses problemas, a solução está num serviço desse tipo, porque, obviamente, para pegar nas poucas pessoas que hoje habitam nas freguesias do concelho, um autocarro não resolve, e até há locais onde um autocarro não consegue chegar. E esta solução, que já defendi nesta Assembleia, resolveria o receio que aqui apresentou. ----------

Quanto ao PSD, é evidente que defende, sempre que possível, a iniciativa privada em detrimento da iniciativa pública. ----------

Foi deliberado, por maioria, com 31 votos a favor (26-PS; 4-PSD e 1 independente) e dois votos contra (PCP/PEV), ratificar a proposta de decisão de contratar para lançamento de procedimento de concurso público do serviço público de transporte de passageiros nos municípios do Alto Minho, bem como aprovar

a minuta de agrupamento de entidades adjudicantes e a proposta de assunção de compromissos plurianuais inerentes. ----------

No termo desta votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. ----------

1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA CM DO ANO DE 2023

Ponto nº 03 - Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de 1ª Revisão do Orçamento da Câmara Municipal do ano de 2023, conforme proposta da Câmara Municipal que se transcreve: ----------

"A Comunidade Intermunicipal de Alto Minho, na qualidade de representante dos municípios do Alto Minho no processo de concurso internacional para transporte público de passageiros no Alto Minho, (…) procedeu à Revisão das GOP (Grandes Opções do Plano), de modo a adequá-las aos valores do referido concurso e ao seu período de vigência (3 anos +1), conforme mapas que se anexam como documentos à ata e dela ficam a fazer parte integrante. ----------

Assim, os 10 municípios do Alto Minho terão de efetuar idêntico procedimento, para posterior envio ao Tribunal de Contas". ----------

A proposta de 1ª Revisão do Orçamento da Câmara Municipal do ano de 2023, depois de submetida à votação, foi aprovada, por unanimidade.----------

No termo desta votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. ----------

LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Ponto nº 04 – Tomar conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos até 31-01-2023, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 21-12-2022, em cumprimento do estipulado na alínea c) do art.º 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. ----------

José Augusto Sousa - (PPD-PSD/CDS-PP): questionou em que consistia e qual o objetivo do estudo prévio do parque urbano do Taboão e se com a prestação de serviços de execução de cadastro predial simplificado havia a ideia ou não de fazer avançar e cumprir a lei do emparcelamento rural. ----------

Presidente da Câmara: Quanto ao parque urbano do Taboão disse ser um esboço de um plano de intenções e que, obviamente, será uma decisão partilhada. ----------

Disse não ser adepto de passadiços, mas simplesmente de uma ligação da Vila ao Taboão com um acesso de mobilidade fácil.----------

Foi apresentado um projeto a financiamento que não foi aprovado e que tinha em vista recuperar o espaço atrás do edifício da Segurança Social, abrindo um caminho fácil que chegasse à praia fluvial do Taboão. E após essas primeiras intenções, que acabaram por se esboroar, pretende fazer um projeto mais estrutural, que passa, de facto, por arranjar financiamento para a recuperação dos caminhos agrícolas, alguns deles que têm a ver com o projeto Meandros do Coura, um que é o de melhorar o acesso a partir do lugar de Rande (Rua Aquilino Ribeiro) até ao Taboão e outro o de recuperar os caminhos agrícolas do lugar de Santa até à Calçada da Volta da Quinta.

Pretende também recuperar as margens do Rio, porque têm informações que as margens estão em processo de erosão. ----------

Outra situação tem a ver com a poluição em determinadas partes do rio, uma das suas preocupações. Pretende-se, através de um conjunto de sensores, fazer medições e, desse modo, detetar a origem dos focos, ou seja,

pretende-se dar uma outra atenção ao Rio e, sobretudo, que haja uma maior aproximação entre a vila e a praia fluvial. ----------

Informou também que, tendo em conta os constrangimentos de acesso à zona do Taboão, por altura da realização do festival, pretende-se criar, do lado de Formariz, um parque de estacionamento para que as pessoas com maiores dificuldades de mobilidade, pessoas de mais idade, pessoas que têm crianças, consigam usufruir da praia. ----------

O restaurante, que também estava degradado e que teve obras de reabilitação, deverá ser, brevemente, colocado à concessão. ----------

Recordou que o Dr. José Augusto Sousa, numa campanha eleitoral, tinha proposto a criação de um parque aquático no Taboão. Disse que o atual parque, localizado na zona do antigo Mercado Municipal, é pequenino, funciona bem e entende que a crescer é nesse mesmo local. ----------

Para todo este projeto, logo que tenha um primeiro desenho, tenciona sujeitá-lo à consulta pública, primeiro aos eleitos municipais, aos membros da Câmara e a todas as pessoas, uma vez que é um projeto para avançar desde que haja financiamento. Numa primeira fase, será mais para recuperação das galerias ripícolas e dos caminhos, entretanto já foi candidatado ao POCTEP (projetos de cooperação transfronteiriça com o apoio da União Europeia), sendo que o valor ronda os seiscentos mil euros. Considerou serem obras pouco visíveis, porque são mais para recuperar e cuidar. ----------

Poderá haver um passadiço, ou seja, logo que as oficinas municipais sejam mudadas para a "antiga fábrica dos quadros" (Nogueira), fica esse espaço vazio e pode ser uma das portas de entrada para o Taboão, onde as pessoas podem deixar o seu carro e chegar, por via pedonal, à praia fluvial. Logo que tenha esse esboço, que pode não demorar, gostaria de o partilhar com todos os membros para se quiserem, apresentarem contributos porque faz sentido que seja um projeto de todos. ----------

Em relação ao emparcelamento, acha uma boa ideia, mas também acha que não se pode partir para o emparcelamento se não tiverem uma visão global dos terrenos. Aguarda o que BUPI (Balcão Único do Prédio) vai trazer e aí já haverá uma outra perspetiva do cadastro. ----------

Concorda que deva ser formulada uma proposta porque o emparcelamento não é um projeto muito fácil e porque, ao contrário do que as pessoas pensam, a agricultura é uma atividade nada romântica, muito exigente e atendendo também à relação ancestral e às tradições, as pessoas são mais pela hereditariedade e transmissão de terras do que pela anexação. E isso também implicaria que Paredes de Coura tivesse uma visão muito mais económica e uma situação de grande dinamismo agrícola que permitisse o emparcelamento. Agora podem começar por algum lado, mas considerou que não podem só apresentar propostas, devem também apresentar contributos. ----------

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA CM DO ANO DE 2023

Ponto nº 05 - Apreciação, discussão e votação da proposta de 2ª Revisão do Orçamento da Câmara Municipal do ano de 2023. ----------

Presidente da Câmara: a presente revisão tem a ver com a assunção dos encargos financeiros provenientes com a aquisição do camião da recolha de lixo. ----------

Inicialmente previmos assumir os encargos financeiros da aquisição do novo camião do lixo num período mais curto, obviamente que exigiria um esforço financeiro maior. Como optámos por um camião mais moderno, que obriga a modificações no chassis e na caixa, e vai exigir formação dos operadores e mais um processo de

educação ambiental, toda esta mudança vai obrigar a adequar a execução financeira à execução física e à execução contratual, para melhor, porque o camião vai ser pago num período mais alargado. Atendendo a essas circunstâncias, esta revisão ao orçamento é necessária para o adequar o cronograma financeiro à execução do procedimento ----------

A proposta de 2ª Revisão do Orçamento da Câmara Municipal do ano de 2023, depois de submetida à votação, foi aprovada, por unanimidade.----------

No termo desta votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. ----------

REGULAMENTO DE EMERGÊNCIA SOCIAL

Ponto nº 06 - Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de regulamento municipal de atribuição de prestações de caracter eventual em situações de emergência social e comprovada insuficiência económica no concelho de Paredes de Coura:----------

Presidente da Câmara: este assunto está relacionado com a transferência de competências no âmbito social. Como o próprio título indica, é para prestação de apoio a situações que são particulares, pontuais e de extrema emergência. A lei assim o exige e tivemos de fazer um regulamento que defina todos os apoios que vão ser atribuídos, em parceria com as instituições sociais do concelho. ----------

Partem sempre da análise de um técnico credenciado e o regulamento define as regras para que a atribuição seja justa, partilhada e também transparente. Este regulamento define também as condições de acesso, os limites do apoio, os cálculos de atribuição e até como deve ser formalizado. E, portanto, vamos esperar que nunca o utilizemos, porque, como disse, é para prestações sociais de caráter eventual para acudir a situações de extrema emergência. ----------

José Augusto Sousa (PPD-PSD/CDS-PP): este é mais um dos elementos do compromisso que todos temos de ter, o de não deixar ninguém para trás. E nessa medida o PSD aprovará aquilo que é proposto. ----------

Não me recordo de ter lido e acho que é um elemento cada vez mais essencial para a aferição efetiva da real necessidade das pessoas que é a autorização para prescindir do sigilo bancário, porque pela leitura que fiz, não me recordo de ter lido. Em todo o caso e com essa salvaguarda, o PSD votará a favor.----------

Presidente da Câmara: não sei responder a essa questão, mas sei que, ultimamente, o acesso à informação bancária é uma das condições para acesso a apoios e, por muito que nos custe, até para gerar algumas situações de justiça em que, muitas vezes, a aparência social leva a atribuir apoios sociais às pessoas que não os merecem enquanto outros, que até o merecem, acabam por não ter acesso a eles. Daquilo que eu sei é que a maior parte dos apoios sociais implica sempre o acesso a contas bancárias, mas isso também deve estar regulamentado e deve ser a lei que o define. ----------

Neste caso, nem sempre o regulamento consegue abarcar toda a realidade. Nesse caso, é a lei geral que acaba por enquadrar as situações.----------

Manuel Monteiro (PS): em relação à questão posta sobre a possibilidade de acesso ao sigilo bancário, digamos que, nomeadamente o Complemento Solidário para Idosos (CSI) estabelecia quais os montantes que as pessoas podiam ter. Por exemplo, havia uma grande discussão até o nosso ex-ministro da Defesa e dos Negócios

Estrangeiros, Paulo Portas, achava que um depósito de oitenta ou noventa mil euros era o teto máximo que um beneficiário de RSI podia ter.----------

De qualquer maneira, a questão que põe não está aqui, mas numa comunidade como a nossa em que todas as pessoas se conhecem, claro que pode haver situações, mas não há ninguém que tenha um milhão de euros numa conta bancária que vá pedir uma prestação pecuniária e uma prestação de assistência eventual para casos de emergência social. ----------

Pensamos que isso não traduz a realidade, embora possa ser uma questão legítima de eventualmente vir a se colocada. ----------

No entanto, o acompanhamento que a segurança social faz e que os serviços de ação social do município farão de todas as situações que vierem a beneficiar, levará ou não a que se tenham mais cuidados dessa natureza, até porque em caso de dúvida, podem ser sempre pedidos elementos adicionais ou mesmo até o compromisso de honra que pode ser pedido quando é feito um requerimento de prestações pecuniárias desta natureza.----------

A proposta de regulamento municipal de atribuição de prestações de caracter eventual em situações de emergência social e comprovada insuficiência económica no concelho de Paredes de Coura depois de submetida à votação, foi aprovada, por unanimidade.----------

No termo desta votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. -

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Ponto nº07 - Intervenção do público.----------

Não houve intervenções. ----------

ENCERRAMENTO

---------E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo presidente e pelas secretárias.----------